

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

A photograph of a woman with long brown hair, wearing a floral patterned top and a necklace, sitting in a wheelchair. She is holding a young girl with dark hair, wearing a pink and white striped shirt, in her arms. They are outdoors on a wooden deck. The background is slightly blurred, showing some greenery and a white railing.

**Ano Europeu
para a Igualdade
de Oportunidades
para Todos**

RSI 10 Anos

Encontros Regionais do RSI

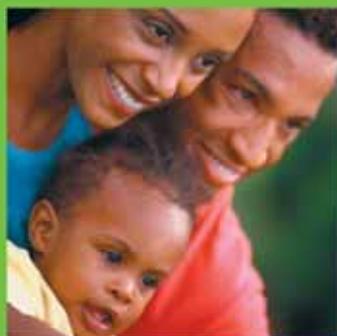
Carta Social 2005

**Rede Nacional de
Cuidados Continuados
Integrados (RNCCI)**

pensar a igualdade valorizar a diversidade



2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos



**PLANO
NACIONAL
DE ACÇÃO**

<http://equality2007.europa.eu>

www.igualdades2007.com.pt

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

O combate pela igualdade de oportunidades para todos surge como um imperativo para os Estados Membros da União Europeia, para o Parlamento e o Conselho Europeus.

A igualdade de oportunidades para todos é um imperativo na medida em que corporiza o desejo de transformar sociedades marcadas por clivagens sociais, por desigualdades marcadas pela pertença a um género, raça, confissão religiosa, pelo nascimento, pela existência de deficiência físicas ou mentais e outros factores associados a vários tipos de discriminações e preconceitos em sociedades mais justas em que o preconceito associado à diferença deixa de ter lugar.

Mas a igualdade de oportunidades afirma-se também como um imperativo na medida em que pode ser um factor decisivo capaz de contribuir para um mais harmonioso e profundo desenvolvimento económico e social das sociedades contemporâneas.

De facto, garantir o acesso à educação, à formação profissional, ao emprego, aos direitos de cidadania, a bens e serviços de qualidade necessários à participação na sociedade, prevenindo e combatendo a exclusão

e lutando contra todas as formas de discriminação, constitui um dos pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais coesa.

É com este compromisso e assumindo este desafio, que o Parlamento Europeu e o Conselho instituíram o ano de 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e evocam a não discriminação como um princípio fundamental e transversal a todas as políticas da União Europeia.

O Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos tem como objectivos sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, alterar representações sociais marcadas pela rejeição da diferença, valorizar a diversidade cultural e respeitar as diferenças, promovendo uma sociedade mais coesa.

O Estado português associa-se activamente a este desígnio e a esta iniciativa do Conselho e do Parlamento Europeus, certo de que as acções que irão ser promovidas neste âmbito contribuirão para que os objectivos do ano europeu estejam presentes nas agendas políticas, marquem todas as áreas da vida social, política e económica do país e influenciem a maneira de estar e de pensar de cada cidadão. □

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Vallera, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

Colaboraram nesta edição

Alexandra Amorim, Alexandra César, Alda Teixeira Gonçalves, Ana Margarida Canhão, João Gonçalves, Jorge Pedro Jesus, Liliana Monteiro, Mariana Pereira, Marta Fernandes, Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Rosário Sobral, Rui Nicola, Sofia Pereira.

Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Março 2007

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL

Tiragem

20 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos	3
Carta Social 2005	6
Serviços e Equipamentos Sociais O ponto de Vista do Utente	7
Cuidados Continuados RNCCI	8
Protocolos no âmbito do RSI	9
Segurança Social Canais Alternativos de Atendimento	10
Ajudar a Cuidar, Dignificar quem cuida	12
Participação das Crianças e Jovens em Perigo no seu projecto de vida	13
Notícias	15
Ecos	28
Sites: Direitos Humanos	30
Bibliografias Temáticas	31



Valorizar a diferença
com a igualdade de oportunidades



Qualificar saberes, promover o emprego,
garantir a igualdade de oportunidades

2007 – Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos

Liliana Monteiro

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

Sob o espírito da comemoração do 50º aniversário da União Europeia e prosseguindo a ideia peregrina de uma aprofundada Europa dos cidadãos, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos procura promover valores civilizacionais tão fundamentais como a equidade, a solidariedade e a tolerância. Está em causa o reconhecimento da necessidade de desenvolver o processo de construção da unidade europeia com base no respeito pela diversidade a diferentes níveis. O Ano Europeu procurará fazer veicular a mensagem de que as pessoas independentemente dos respectivos sexos, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, têm direito à igualdade de tratamento. A demonstração de que a noção de igualdade não significa «uniformidade» constituirá um desafio crucial.

Ao ano de 2007, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia reservaram a distinção de Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (AEIOT), na sequência de uma proposta apresentada pela Comissão Europeia. Esta iniciativa pretende: (1) informar os cidadãos europeus dos seus direitos à protecção contra a discriminação, conferidos pelos direitos nacionais e pelo direito comunitário; (2) celebrar a diversidade como uma mais valia para a União Europeia; (3) promover a igualdade de oportunidades para todos na vida económica, política e cultural.

O AEIOT teve início com a realização da Cimeira da Igualdade, que decorreu em Berlim nos dias 30 e 31 de Janeiro

e que contou com a presença da Ministra dos Assuntos da Família da Alemanha, Úrsula von der Leyen, bem como do Comissário Europeu para o Emprego e os Assuntos Sociais, Vladimir Spidla. Estiveram igualmente presentes cerca de 450 delegados oriundos dos países da União Europeia, incluindo governantes e representantes de organizações da sociedade civil. O Governo português fez-se representar pelo Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, acompanhado do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lação, e da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

Esta Cimeira teve como objectivos: (1) o lançamento oficial do Ano; (2) a identificação de medidas específicas que tornem a igualdade de oportunidades uma realidade na União Europeia; (3) a partilha de boas práticas no sentido da maximização dos benefícios da diversidade, tanto a nível individual como a nível das sociedades. Assistiu-se ao lançamento de um website que será uma ferramenta de comunicação durante o Ano, prestando informação actualizada sobre as acções abertas à participação dos cidadãos, funcionando como uma fonte de inspiração para várias actividades e promovendo o estabelecimento de redes.

A fim de fazer um ponto de situação dos progressos realizados, ao longo dos últimos anos, em matéria de luta pela defesa de determinados direitos fundamentais, da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e do combate contra a discriminação e ao mesmo tempo, de recolher opiniões acerca da forma como a União Europeia poderia reforçar a sua acção nestes domínios, a Comissão lançou, em 28 de



Maio de 2004, uma ampla consulta, sob a forma de um Livro Verde intitulado Igualdade e Combate à Discriminação na União Europeia Alargada. Foi, aliás, com base na avaliação dos resultados deste Livro Verde que a Comissão decidiu instituir uma Estratégia-quadro, que agora serve de pilar ao AEIOT. Escusado será quase dizer que o êxito desta estratégia e do próprio Ano depende, em boa medida, do empenho dos cidadãos e de uma verdadeira vontade política dos Estados-membros. A promoção da igualdade de oportunidades para todos enquanto meio para alcançar uma sociedade mais inclusiva será uma das prioridades da Agenda Social para 2005-2010.

São três os documentos essenciais de apoio ao AEIOT:

- Decisão nº 771/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Maio de 2006, que institui o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007);
- Livro Verde da Comissão de 28 de Maio de 2004, intitulado Igualdade e Combate à Discriminação na União Europeia Alargada [Com (2004) 379 final];
- Comunicação da Comissão, intitulada Combate à Discriminação e Igualdade de Oportunidades para Todos [Com (2005) 224 final – não publicada em jornal oficial].

São quatro os objectivos específicos do AEIOT, a saber:

- (1) Direito (sensibilizar a opinião pública para o direito à igualdade e à não-discriminação);

- (2) Representação (fomentar o debate sobre formas de aumentar a participação civil, política, económica, social e cultural na sociedade. Debater sobre a forma de reforçar a participação social dos grupos sub-representados);
- (3) Reconhecimento (celebrar e acolher a diversidade, promover este conceito, valorizando as diferenças);
- (4) Respeito e Tolerância (promover uma sociedade mais solidária, sensibilizar a população e em especial os jovens para a importância de promover boas relações entre os vários grupos nas sociedades).

Para alcançar os objectivos propostos e assegurar o envolvimento de um maior número de indivíduos, a participação no AEIOT está aberta não só aos Estados-membros, mas também aos países em vias de adesão e aos países candidatos que beneficiam de uma estratégia de pré-adesão, aos Estados EFTA/EEE nos termos das condições estabelecidas no Acordo do Espaço Económico Europeu, aos países dos Balcãs Ocidentais, segundo as condições definidas nos acordos respectivos, e aos países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança, de acordo com o Documento de Estratégia de Maio de 2004 e com os planos de acção para esses países.

Cada um dos Estados-membros institui ou designa uma entidade nacional de execução para organizar a respectiva participação nacional no AEIOT. Para levar a cabo as suas tarefas, este tipo de entidade deve consultar com regularidade e cooperar estreitamente com a sociedade civil, nomeadamente com organizações que defendam ou representem os interesses de indivíduos ou grupos que sofram discriminação ou falta



de igualdade de tratamento, bem como outras entidades consideradas relevantes. Em Portugal, a responsabilidade de coordenação das actividades deste Ano Europeu foi entregue, por decisão do Conselho de Ministros, a uma Estrutura de Missão constituída para o efeito sob a tutela do Ministro da Presidência e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. No dia 23 de Fevereiro, teve lugar a Sessão Pública de Apresentação do Plano Nacional de Acção para o Ano, no Centro de Congressos de Lisboa, e contou com a presença do Primeiro-Ministro e dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade Social.

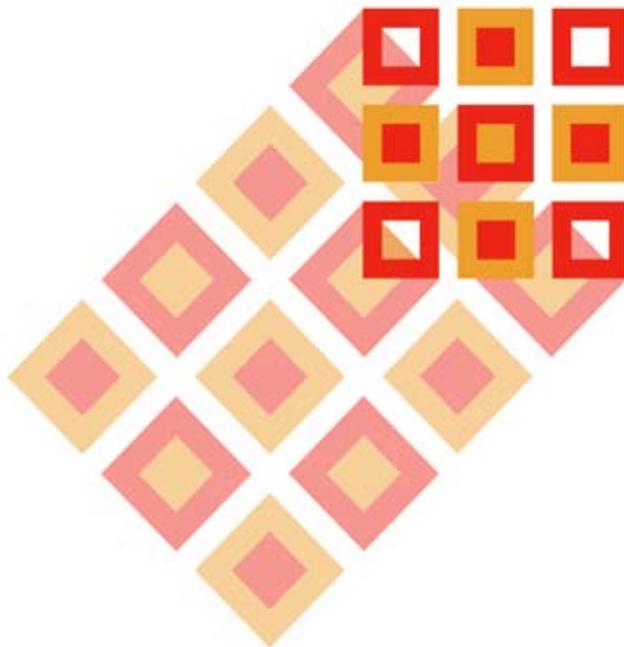
O AEIOT tem um orçamento de quinze milhões de euros que financiará as actividades que irão decorrer durante a sua vigência, tais como: encontros e reuniões; campanhas informativas promocionais e educativas; cooperação com os meios de comunicação social e as empresas; inquéritos e estudos à escala europeia e nacional. A maioria das actividades decorrerá a nível local, regional e nacional, para permitir uma maior participação e empenhamento daqueles que são os principais intervenientes do Ano, isto é, os cidadãos europeus. Entre elas figuram diferentes projectos, como a atribuição de prémios de promoção da diversidade no trabalho a empresas privadas e públicas que se tenham destacado no plano da luta contra a discriminação, concursos de escrita nas escolas, subordinadas aos temas do respeito e da tolerância, e formação no domínio da não discriminação, destinada aos meios da comunicação social. Envolvidos nestes eventos estarão todas as pessoas e organizações interessadas no seu êxito, com destaque para sindicatos, empregadores, organizações não governamentais representativas de indivíduos ou grupos discriminados, assim como autoridades

locais e regionais. Para assegurar o impacto a longo prazo do AEIOT, o novo programa europeu para o emprego e a solidariedade social, com a denominação de PROGRESS, integrará algumas das melhores ideias surgidas durante a campanha que agora começa. Não será demais referir que a cooperação internacional no contexto do Ano Europeu afigura-se essencial para estabelecer parcerias multilaterais, trocas transnacionais de informação e difusão de boas práticas.

O AEIOT deverá estabelecer uma relação directa e de complementaridade com o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, em 2008, de modo a garantir que as duas iniciativas se reforcem mutuamente em termos do alcance e das acções desenvolvidas. É pois natural que algumas das mensagens veiculadas durante o Ano Europeu 2007 transitem para o próximo Ano Europeu.

O AEIOT termina com a realização de uma Conferência, que terá lugar no mês de Novembro, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, e que se destina a avaliar as actividades desenvolvidas durante a sua vigência. É desejável que o AEIOT consiga sensibilizar os cidadãos europeus para os benefícios de uma sociedade mais justa, coesa e solidária, na qual a igualdade de oportunidades se torne uma realidade para todos, criando condições para que a diversidade da Europa seja considerada uma fonte de vitalidade social e cultural.

Para aceder a mais informações sobre o AEIOT:
<http://equality2007.europa.eu>
www.igualdades2007.com.pt □



Carta Social 2005

Atendendo à importância da informação da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) em matéria de planeamento e apoio à tomada de decisão, fundamental para o desenvolvimento da política de expansão da rede de equipamentos sociais e ainda para a investigação e informação ao cidadão, procedeu-se nos meses de Novembro e Dezembro de 2005 à actualização da Carta Social por inquirição presencial junto das instituições. Para este efeito a Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social contou com a colaboração do Instituto da Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa na medida das suas competências.

Por conseguinte, os principais resultados deste processo de recolha e actualização da informação foram objecto de um Workshop subordinado ao tema “Carta Social e Planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais” que teve lugar no passado dia 7 de Fevereiro de 2007, no Hotel Altis em Lisboa, no qual participaram suas excelências o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o Secretário de Estado da Segurança Social e a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação.

A informação apurada permitiu a apresentação de um “retrato” da RSES à luz das principais variáveis de análise, designadamente a tendência evolutiva das entidades pro-

prietárias e dos equipamentos sociais de que são detentoras ou gestoras, a dinâmica da criação de respostas sociais nas diferentes áreas e a despesa pública, quer em termos de investimento, quer no que respeita ao funcionamento da rede.

Os elementos recolhidos permitiram também avaliar o grau de satisfação dos utentes das respostas sociais Creche, Centro de Actividades Ocupacionais e Lar de Idosos, tendo por base um questionário aplicado a 920 utentes. Na apresentação efectuada evidenciou-se o alto nível de satisfação dos utentes em qualquer uma das respostas, nomeadamente em dimensões como as condições de higiene, a qualidade e quantidade de recursos humanos, e a qualidade e adequação da resposta social. (Cf. Artigo neste nº da Pretextos)

Ainda no âmbito da temática do evento foram apresentadas algumas reflexões em matéria de planeamento da RSES e pistas para novos desenvolvimentos.

Por parte dos membros do Governo foi reiterada a relevância da Carta Social e anunciado outro nível de intervenção que passará pela criação das Cartas Sociais Municipais.

Site:

www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/cartasocial.php □

Serviços e Equipamentos Sociais

O ponto de vista dos utentes

João Gonçalves

joao.goncalves@dgeep.mtss.gov.pt

Rui Nicola

rui.nicola@dgeep.mtss.gov.pt

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

De acordo com os princípios orientadores do Subsistema de Acção Social, a promoção da qualidade dos serviços prestados e a utilização adequada dos serviços e equipamentos, constituem duas dimensões fundamentais para a satisfação dos utentes da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

Tendo presente esta preocupação, e numa óptica de captação da percepção dos utentes, desenvolveu-se uma breve avaliação do grau de satisfação dos mesmos com base num inquérito aplicado a uma amostra de 920 utentes das respostas sociais Creche, Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e Lar para Idosos, estratificada por valência.

Este inquérito, inserido no processo de actualização da Carta Social 2005, demonstra-nos algumas linhas de força, no âmbito das respostas sociais seleccionadas nas áreas de intervenção da Infância e Juventude, da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e da População Idosa.

Os familiares dos utentes da resposta social Creche indicaram um grau de satisfação global muito elevado, tendo 85% dos inquiridos referido estar muito satisfeitos com a resposta social, 14% mencionado estar mais ou menos satisfeitos e 1% indicado estar pouco satisfeitos. Não houve qualquer referência à classificação de nada satisfeitos.

Tendo presente este resultado global, é interessante referir como foram avaliados os diversos aspectos que, de algum modo, contribuem para esta apreciação global muito positiva.

Assim, as condições de higiene das salas de refeição, do WC e do equipamento em geral, foram avaliadas de forma positiva (classificação de bom ou muito bom) por mais de 89% dos familiares dos utentes. O nível mais elevado de apreciações negativas relativamente a um daqueles itens foi de 0,3%

e respeita à classificação de mau, uma vez que não houve qualquer classificação de muito mau.

A avaliação qualitativa dos recursos humanos, no que respeita às funções técnicas, auxiliares e administrativas, avaliadas de forma autónoma, apresentou valores positivos mínimos de 91% e valores negativos máximos de 0,2%.

Na avaliação quantitativa dos recursos humanos, mais de 88% dos familiares dos utentes considerou suficiente o número de pessoal técnico e auxiliar ao serviço na resposta social.

O valor da comparticipação familiar foi considerado razoável por 74%, barato por 10%, caro por 13% e muito caro por 3% dos inquiridos. No entanto, 42% dos familiares entrevistados identificam como principal problema da resposta social o preço muito elevado. Embora aparentemente paradoxais, estes resultados podem reflectir uma mensagem de adequação da comparticipação familiar relativamente ao serviço prestado e, simultaneamente, uma declaração do elevado peso desse encargo no que concerne ao orçamento familiar. Em segundo lugar, na identificação do principal problema, é referida a má acessibilidade por 37% dos familiares.

Todos estes factores são tidos em consideração em duas dimensões de análise essenciais, designadamente a qualidade da resposta social e a adequação da resposta social face à necessidade dos utentes. A este respeito, os níveis de classificação positiva rondam os 93% e os 90% respectivamente, constituindo assim, necessariamente, algum poder explicativo para o elevado grau de satisfação inicialmente referido.

Numa análise similar, embora mais sintética, relativa ao CAO, os níveis de satisfação são igualmente elevados, com 85% dos utentes a revelarem-se muito satisfeitos, registando-se, no entanto, uma maior heterogeneidade, uma vez que 2% dos utentes declararam-se nada satisfeitos. Os restantes 13% consideraram-se mais ou menos satisfeitos.

As condições de higiene foram positivamente avaliadas por um mínimo de 85% dos utentes, sendo o WC a única componente a receber a avaliação negativa mau, por parte de 1,2% dos utentes.

As avaliações quantitativas e qualitativas dos recursos humanos foram positivas, respectivamente para mais de 84% e 75% dos utentes inquiridos. Já o encargo associado à comparticipação familiar é considerado razoável por 58% dos inquiridos, barato por 20%, caro por 15% e muito caro por 7%. Por seu turno, o

**CUIDADOS CONTINUADOS**
Saúde e Apoio Social

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

principal problema identificado foi a existência de regras muito rígidas, referido por 30% dos utentes.

Neste contexto, a qualidade do CAO foi apreciada positivamente por 91,5% e negativamente por 1,2% dos utentes inquiridos. A adequação às necessidades dos utentes recebeu 83,1% opiniões favoráveis e 1,1% opiniões desfavoráveis.

No que concerne ao Lar para Idosos e ao grau de satisfação global, 75% dos utentes referiram estar muito satisfeitos, 24% mais ou menos satisfeitos e 1% pouco satisfeitos.

As condições de higiene reuniram as apreciações positivas de, pelo menos, 91% dos utentes. As opiniões negativas são emitidas por um máximo de 0,2% dos inquiridos relativamente às salas de refeições. No que respeita aos recursos humanos, mais de 90% dos inquiridos elogiaram a sua qualidade e, pelo menos, 83% dos utentes consideram que os profissionais existem em número suficiente na resposta social. As referências negativas mais elevadas são relativas ao pessoal administrativo, tendo sido proferidas por 0,5% dos entrevistados.

O valor da participação familiar foi considerado razoável por 61% dos utentes, barato por 8%, caro por 26% e muito caro por 5%. À semelhança do que se registou relativamente à Creche, também aqui os inquiridos (51%) elegem como principal problema o preço muito caro. As poucas actividades e os poucos ateliers ocupacionais são apontados como principal problema, em ambos os casos, por 21% dos utentes.

Deste modo, as dimensões da qualidade e da adequação são favoravelmente avaliadas por 91,8%, nas duas situações, tendo a qualidade recebido a apreciação negativa de 0,1% dos utentes.

Para além dos elementos referidos, procurou-se obter informação sobre os motivos da escolha do equipamento social que frequentam, sendo a proximidade da residência, a razão mais indicada pelos utentes/seus familiares da Creche (27%) e do Lar para Idosos (34%) e a qualidade dos serviços prestados a mais referida pelos utentes do CAO (34%).

Como nota final, aprez-nos registar a relevância destes elementos para todos os agentes envolvidos no planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, tendo por objectivo o progresso e o desenvolvimento da política de acção social, constituindo, ao mesmo tempo um estímulo às Instituições pelo trabalho desenvolvido em prol da qualidade, adequação das respostas sociais e, concomitantemente, da satisfação dos utentes. □

Os Cuidados Continuados Integrados consistem num conjunto de intervenções integradas de saúde e de apoio social centrado na recuperação global, entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa, independentemente da idade, que se encontra em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

Para a concretização desta intervenção foi criada a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, que é constituída por um conjunto de respostas com tipologia diferente, ainda que complementar, nomeadamente por Unidades de Internamento (Unidades de Convalescença, de Média Duração e Reabilitação, de Longa Duração e Manutenção, e de Cuidados Paliativos), por Unidades de Ambulatório (Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia), e por Equipas de Cuidados Continuados Integrados para apoio domiciliário e acções paliativas.

A RNCCI está a ser implementada, nesta primeira fase, através de Experiências Piloto em 14 distritos do país e irá sendo progressivamente alargada a todo o território nacional.

Para mais informações sobre a RNCCI pode consultar as páginas da Internet

- <http://www.rncci.min-saude.pt/rncci>
- <http://www.seg-social.pt/left.asp?03.06.16>

ou contactar através do mail:

- e-mail: iss-redecci@seg-social.pt. □

Protocolos no âmbito do Rendimento Social de Inserção

Joana Vallera

Unidade de Solidariedade
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
joana.m.vallera@seg-social.pt

O artigo 37.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, instituiu o Rendimento Social de Inserção (RSI) e os artigos 78.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, posteriormente desenvolvidos pelo Despacho n.º 15400/2004 (2.ª Série), de 27 de Maio, publicado no Diário da República de 31 de Julho de 2004, vieram definir um novo modelo de envolvimento da sociedade civil, que consiste na celebração de protocolos entre a Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou outras que prossigam os mesmos fins, com o propósito de lhes atribuir o desenvolvimento das tarefas pertencentes ao acompanhamento das famílias beneficiárias de RSI.

Foi assim contemplada a possibilidade da elaboração do relatório social e/ou do programa de inserção, ser realizada por instituições da comunidade, mediante a celebração de acordos específicos com os Centros Distritais de Segurança Social, desde que se verifique a inexistência ou insuficiência de recursos técnicos qualificados no âmbito dos Núcleos Locais de Inserção (NLI).

Passados praticamente dois anos desta experiência e após avaliação dos resultados obtidos, ponderou-se a necessidade de reformular o sistema então em vigor, tendo também em conta as alterações legislativas introduzidas ao Rendimento Social de Inserção pela publicação da Lei n.º 45/2005, de 29 de Maio, bem como do Decreto Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro.

Na actual legislação, publicada no início deste ano, Despacho n.º 451/2007, de 10 de Janeiro, foram contempladas algumas alterações que, decorrentes da avaliação efectuada, pareceram necessárias ao cabal funcionamento da própria medida de RSI, nomeadamente quanto ao número de agregados que justificam a celebração do protocolo, a clarificação do modelo de financiamento, bem como o tempo de afectação das equipas de acompanhamento a estas tarefas.

Assim, o presente Despacho que regulamenta e esclarece as regras de funcionamento, apresenta as principais diferenças face à anterior legislação:

A possibilidade da celebração dos protocolos poder ser concretizada entre os Centros Distritais de Segurança Social e entidades com fins lucrativos, desde que prossigam fins de solidariedade social, abrindo caminho para que outras entidades possam cumprir tarefas que tradicionalmente estavam confiadas as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Pensamos que o envolvimento de outras entidades neste processo, imprimirá um novo dinamismo à intervenção social, em concreto ao Rendimento Social de Inserção, criando novas estratégias de actuação, quer ao nível da concretização dos projectos de vida das famílias, quer ao nível da dinamização das parcerias locais.

Outra das diferenças na actual legislação, diz respeito ao número de famílias que podem estar associadas ao protocolo e também como consequência à própria constituição das equipas técnicas. Os diferentes contextos comunitários em que se inserem as famílias beneficiárias, constituem uma variável determinante na celebração dos protocolos. Parece-nos pois importante que seja ajustada em função da realidade de cada comunidade, uma vez que se pretende a racionalização e rentabilização dos recursos existentes. Esta diferença irá traduzir-se numa avaliação casuística de cada protocolo, de acordo com as necessidades e propostas apresentadas.

Actualmente, o Instituto da Segurança Social, está a desenvolver um guia para a implementação deste sistema, assim como dos instrumentos necessários à sua operacionalização. A celebração dos futuros protocolos irá obedecer a critérios previamente definidos no guia e posteriormente divulgados junto dos Centros Distritais, de acordo com o levantamento dos recursos e com o diagnóstico das necessidades efectuado em cada Distrito.

Actualmente encontram-se em funcionamento nos 18 Distritos, 164 protocolos. Durante o ano de 2007, a aposta num aumento significativo da celebração de protocolos no âmbito do RSI é um dos principais desafios que pretendemos concluir com sucesso.

A implementação deste novo sistema terá, por isso, que passar por uma atenta e sistemática monitorização que exigirá necessariamente uma intervenção técnica qualificada e personalizada que tenha efeitos objectivos na concretização dos projectos de vida das famílias.

É aqui que o maior desafio nasce, a concretização objectiva e os efeitos práticos de uma intervenção técnica, que para além de indicadores de quantidade imprescindíveis, têm associados a identificação, nem sempre fácil, dos indicadores concretos de qualidade. □

Segurança Social Directa

Aceda ao serviço em
www.seg-social.pt

Marta Fernandes

Unidade de Gestão do Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
marta.m.fernandes@seg-social.pt

Segurança Social Canais Alternativos de Atendimento

Numa sociedade moderna em que, cada vez mais, a utilização das Tecnologias da Informação é condição *sine qua non* das organizações e dos cidadãos na obtenção de um maior nível de qualidade dos serviços, a Segurança Social não se mostra indiferente a essa exigência.

Para além do atendimento presencial, disponível por todo o País, através da vasta Rede de Serviços de Atendimento ao público, a Segurança Social dispõe, ainda, de outro canal alternativo de atendimento que revela ser um instrumento facilitador na resolução de variadas situações, a Internet.

O recurso ao correio electrónico (e-mail) institucional tem assistido, nos últimos tempos, a uma adesão notável por parte dos

cidadãos e das empresas permitindo-lhes esclarecer dúvidas e formular pedidos de informação.

O serviço "Segurança Social Directa" para Beneficiários e Entidades Empregadoras, disponível no site da Segurança Social, tem assistido, igualmente, a uma adesão crescente ao longo dos meses. Um ano após o seu lançamento estavam registados 527.555 acessos de pessoas singulares e 384.357 acessos de pessoas colectivas. Este serviço *on-line* abriu caminho aos cidadãos e às empresas para uma maior simplicidade e disponibilidade no seu relacionamento com a Segurança Social, interagindo directamente através da Internet. A comunicação é feita de forma segura e recorre a mecanismos de autenticação do utilizador.

Até Fevereiro deste ano, as funcionalidades disponíveis são:



Segurança Social Directa

Serviços para o cidadão

- Consulta aos dados de identificação
- Consulta da carreira contributiva
 - Remunerações mensais (ano corrente e anterior)
 - Remunerações anuais (desde 1990)
- Desemprego
 - Requerer subsídio
 - Consultar estado
- Prestações requeridas
 - Maternidade/Paternidade e Adopção
 - Doença
 - Prestações Familiares
- Pensões
 - Estado do processo
 - Requerimento de pensões
 - Simulador de pensões
- Declaração de situação contributiva
 - Realizar pedido
 - Consultar
- Documentos Electrónicos

Serviços para as Entidades Empendedoras

- Consulta de Dados de Identificação (cadastro e enquadramento)
- Consulta de Declarações de Remunerações entregues pela empresa
- Admissão de Trabalhadores
- Cessação de Actividade de Trabalhadores
- Consulta de Dívidas (no âmbito do processo executivo)
- Declaração de situação contributiva
 - Realizar pedido

Instituições com Crianças/Jovens a Cargo

- Consulta a Abono de Família de Crianças e Jovens e outras Prestações Familiares

As novas funcionalidades introduzidas ao longo de 2006 (requerimento electrónico do subsídio de desemprego, consulta das prestações familiares recebidas, condições de atribuição das pensões) contribuíram para um aumento significativo do número de adesões ao serviço "Segurança Social Directa", tornando-se num atendimento mais cómodo e próximo do público-alvo, reduzindo a necessidade de deslocação aos serviços de atendimento. Até fins de Dezembro de 2006, o número total de acessos a esse serviço registava 992.564 acessos de pessoas singulares e de pessoas colectivas.

Serviço Segurança Social Directa Dados estatísticos (à data de 31/12/2006)

Registo de Pessoas Singulares.....	184.152
Acessos de Pessoas Colectivas.....	417.208
Acessos de Pessoas Singulares.....	575.356
Vínculos efectuados.....	143.057
Cessações efectuadas.....	94.151
Pedidos de Esclarecimento.....	33.092
Empresas que já utilizaram, pelo menos 1 vez, o serviço.....	91.047
Beneficiários que já utilizaram, pelo menos 1 vez, o serviço.....	126.995
Alteração de Morada.....	19.350
Pedido de Declaração de Situação Contributiva (PS).....	3.460
Pedido de Declaração de Situação Contributiva (PC).....	18.831
Pedido de Declaração de Situação Contributiva (TI).....	2.601
Requerimento de Pensão.....	104
Requerimento de Desemprego.....	119
Envio de Documentos.....	427
Prova Anual de Rendimentos.....	18.630

As Entidades Empregadoras têm também ao seu dispor os serviços "DR-Online" e "DRI", para entrega da Declaração de Remunerações. Estes serviços on-line disponibilizam também um serviço de assistência que já deu resposta a 12.664 solicitações por mail e a 41.957 solicitações por telefone, no decurso de 2006, e registou um elevado grau de satisfação por parte das entidades empregadoras quanto à utilização do serviço.

Deste modo, a Segurança Social pretende, a curto-prazo, reduzir a afluência do público ao atendimento presencial, promover a desmaterialização e simplificação de processos, permitir que o acesso à informação seja mais rápido e transparente, possibilitando ao cidadão o cumprimento das suas obrigações contributivas e a obtenção dos seus direitos, de forma célere.

De realçar que o serviço "Segurança Social Directa" foi desenvolvido pelo Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social (IIESS) e mereceu a atribuição de uma Menção Honrosa pelo Júri que preside ao Prémio Fernandes Costa, promovido pelo Ministério das Finanças.

Num futuro próximo, prevê-se implementar um outro canal alternativo de atendimento ao público, que funcione como o primeiro ponto de contacto entre a Segurança Social e os seus beneficiários e contribuintes, o *Contact Center*. Este canal de atendimento vai criar uma plataforma de relacionamento entre a Segurança Social e os seus clientes que permita, na fase final do seu desenvolvimento, o fornecimento de um suporte integrado, através de diversos canais de contacto (telefone, e-mail, correio, internet, fax). □

Ajudar a cuidar, dignificar quem cuida



Rosário Sobral
Presidente da Direcção da ADVITA
rsobral@essaude.pt

Dignificar e ajudar quem cuida – profissional ou familiar – são os grandes objectivos dos dois filmes produzidos pela ADVITA – Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas para a Vida.

Um contributo para ajudar quem cuida

O filme "Sentimentos e emoções do Cuidador", incide sobre os momentos psicologicamente mais difíceis, incluindo o luto e os sentimentos comuns aos cuidadores.

O filme "Apoio nas Actividades da Vida Diária", foca os princípios básicos, essenciais, para se cuidar de alguém.

Desde meados de 2006 e até à data foram distribuídos mais de 1.500 filmes sob formato DVD, por todos os Distritos e Regiões Autónomas do País, maioritariamente a mulheres (70%). Em termos de qualificação profissional predominam as Assistentes Sociais (30,5%) e Enfermeiros (13,1%); seguem-se os psicólogos e familiares e pessoas que cuidam de alguém e que buscam informação e apoio.

Um recurso pedagógico para Formação

A principal razão apresentada para a compra é a sua utilização como recurso pedagógico para formação pessoal (30%), para acções de formação e docência (40%); é interessante que 10% dos pedidos sejam formulados por Directores Técnicos de instituições, para formação pessoal e da instituição.

Alguns comentários retirados dos pedidos de encomenda:

"Já tive oportunidade de os ver. Estão muito bons. Gostaria de ter estes filmes para mostrar a alguns prestadores de cuidados."

(M. L. C., Enfermeira, Porto);

"São material de apoio, para dar formação às funcionárias e para saber mais."

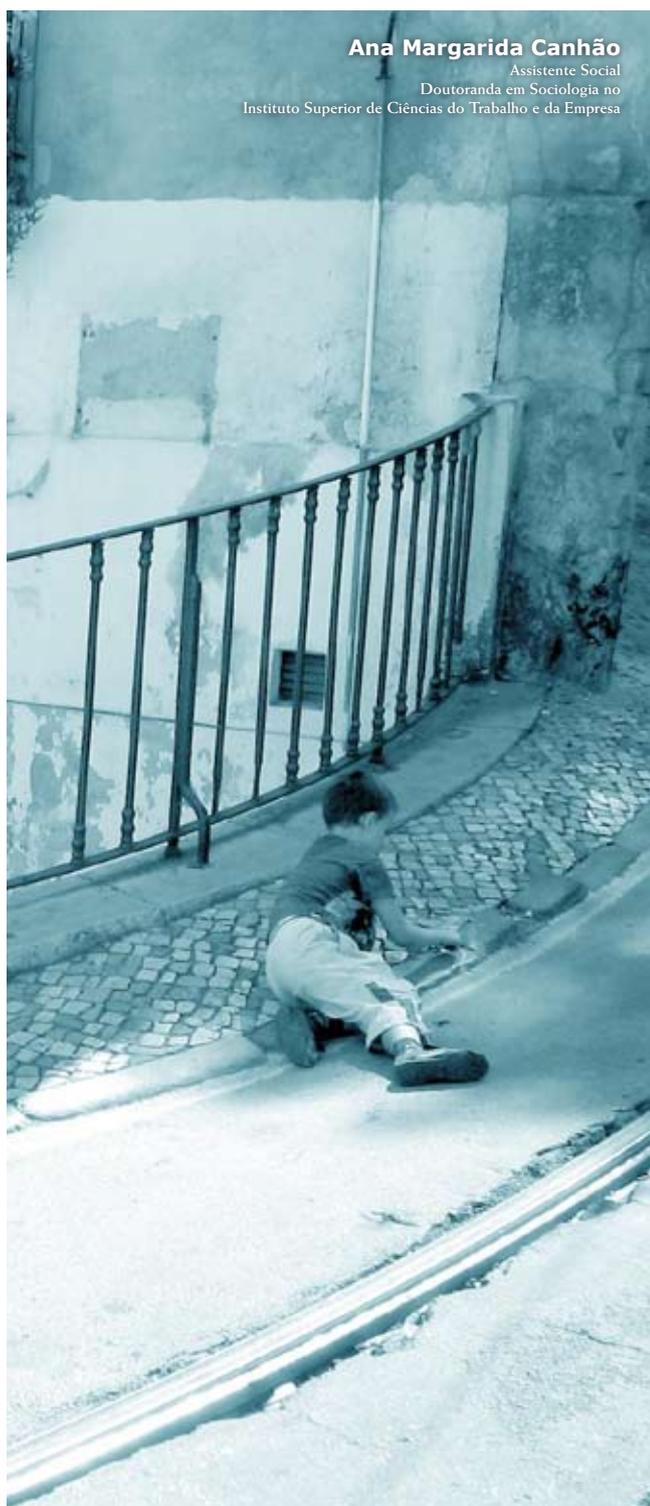
(A. C., Assistente Social, Lourinhã).

Como aceder aos Filmes

Visionando-os através do Portal da ADVITA, www.advita.pt, ou adquirindo-os em formato de DVD, através do e-mail info@advita.pt, ou solicitando-os por carta para Rua Alexandre Herculano, 11-5º, 1150-005 Lisboa; serão enviados por correio, com pagamento à cobrança. □

Participação das Crianças e Jovens em Perigo no seu projecto de vida

Uma utopia ou uma realidade em construção nas Comissões de Protecção em Portugal



Como é que as crianças vêem a sua condição e a intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens nas suas vidas e na vida das suas famílias? Até que ponto é que as crianças sentem que as suas opiniões e posições são tidas em conta na avaliação inicial da situação de perigo, na definição, acompanhamento, revisão e cessação das medidas de promoção e protecção? Em que medida é que as crianças sentem que os seus desejos, anseios e preocupações influenciam a decisão dos profissionais envolvidos na definição e acompanhamento do seu projecto de vida? Quais são os principais factores que influenciam, potenciam ou impedem a participação das crianças em perigo nos processos de promoção e protecção e, quais as expectativas relativamente a esta participação de todos os intervenientes envolvidos, especialmente as das crianças e jovens alvo da intervenção?

É precisamente a estas questões, entre outras, que a investigação em curso, ancorada no campo da Sociologia da Infância, pretende dar resposta. A justificação de um projecto de investigação nesta área, mais concretamente, a análise das possibilidades de participação das crianças e jovens em perigo nos processos, decorre da dimensão que este problema tem na sociedade portuguesa e do reconhecimento cada vez mais crescente da importância da participação das crianças e jovens nas decisões relativas à sua própria vida com vista a uma efectiva protecção dos seus direitos (e.g. Sarmento e Pinto, 1997: 20). A Convenção dos Direitos da Criança (1989) teve um inegável impacto para os estados signatários ao nível do reconhecimento de cidadania às crianças pelo menos ao nível do discurso social, político e jurídico. No entanto, o direito de participação constitui um direito controverso, e que ainda tende a ser percebido por diversos sectores da população como contraditório à protecção necessária ao desenvolvimento da criança (Franklin, 1995: 10).

Apesar da crescente evidência de que as crianças têm as competências necessárias que lhes permite dar a conhecer as suas necessidades e interesses, reconhecer e identificar

problemas relacionados com o seu próprio desenvolvimento e tomar decisões informadas e responsáveis em todos os assuntos que afectam as suas vidas (e.g. Alderson, 2000; Thomas, 2000), atitudes como as de que a “criança deve ser vista e não ouvida”, de que “as crianças são propriedade dos pais”, ou de que as “crianças que expressam os seus pontos de vista são insolentes e impertinentes” encontram-se ainda muito enraizadas nas tradições culturais específicas dos Estados Partes que ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança (Pais, 2005: 17-18).

O risco de sobrecarregá-las nunca poderá justificar a exclusão das crianças que querem e desejam expressar as suas opiniões (Invernizzi e Brian, 2002: 422). A participação das crianças permite, designadamente: contribuir para a melhoria da democracia através de novas formas de cidadania (Ennew, 2000); constitui um processo civil e educacional que irá permitir uma melhor cidadania na idade adulta (Hart, 1992); promove um verdadeiro empowerment das crianças (Conseil de l'Europe, 1993); permite melhorar a eficácia das acções direccionadas para estas que inclui o seu conhecimento específico dos problemas (Phillips, 2000); reduz a falta de poder das crianças nas acções direccionadas para elas (Winter, 1995) e promove uma verdadeira protecção das crianças em perigo (Thomas, 2000: 96).

Em consequência da ratificação por Portugal da Convenção dos Direitos da Criança, os princípios orientadores consagrados na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo N.º 147/99 de 1 de Setembro, designadamente os princípios da obrigatoriedade da informação e da audição obrigatória e participação da criança ou do jovem, reflectem um novo modelo e uma nova concepção de protecção da infância. Na actual lei, as comissões de protecção de crianças e jovens desempenham um papel de relevo no sistema de protecção à infância, enquanto entidade interinstitucional e interdisciplinar que articula a participação dos principais agentes da comunidade (Martins, 2004: 94) com vista à promoção dos direitos das crianças e jovens e a prevenção ou reacção face a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Epifânio, 2001: 13).

Recebida uma sinalização, a comissão de protecção deve ouvir e informar a criança ou o jovem com idade igual ou superior a 12 anos, ou com idade inferior quando a capacidade para compreender o sentido da intervenção o aconselhe, sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa (artigo 94.º). Deve, ainda obter o consentimento informado desta, que se reporta a dois momentos distintos. Num primeiro momento, de

elaboração do diagnóstico da situação, o consentimento reporta-se à possibilidade e legitimidade de intervenção da comissão (artigo 10.º). Num segundo momento, de decisão, este reporta-se à concordância com a medida de promoção e protecção a aplicar (artigo 98.º). O processo de promoção e protecção deve ser conduzido de forma compreensível para a criança ou jovem, considerando a sua idade e grau de desenvolvimento intelectual e psicológico, de forma a poder apreender a finalidade da intervenção e poder expressar a sua opinião (artigo 86.º, n.º 1).

Face à ausência de informações sistematizadas sobre a problemática da participação das crianças em situações de perigo nos processos de promoção e protecção, no nosso país, optou-se por uma estratégia metodológica essencialmente intensiva-qualitativa. O formato metodológico que está a ser adoptado é o estudo de caso de duas comissões de protecção de modo a permitir uma análise em profundidade, mobilizando para a investigação uma multiplicidade de métodos e técnicas, designadamente:

- Análise dos documentos institucionais e dos processos das crianças e jovens;
- Entrevistas a crianças e jovens entre os 8 e os 14 anos com processos de promoção e protecção;
- Observação participante das reuniões da Comissão Restrita e Alargada, atendimentos às famílias e às crianças, visitas domiciliárias e audiências no Tribunal;
- Entrevistas aos técnicos das comissões de protecção;
- Entrevistas a especialistas e informantes-chave, como académicos, magistrados, profissionais no terreno de diversas áreas disciplinares com ligação directa ou indirecta a este domínio.

A realização de projectos de investigação com crianças e jovens origina novas exigências de ordem metodológica relativas às condições sociais de observação. Nesse sentido, a reflexividade investigativa constitui um dos princípios metodológicos centrais na presente investigação de modo a que a autora do estudo, adulta, não projecte os seus próprios preconceitos e representações, como condição de uma prática científica o mais rigorosa possível. Por outro lado e, tendo em conta as características particulares da relação psicossocial que se estabelece quando observamos ou entrevistamos crianças, haverá uma reflexão sistemática sobre as possíveis repercussões que poderão ter no equilíbrio emocional das crianças, a abordagem de determinados temas. As questões éticas relacionadas com o consentimento informado das crianças e jovens e o anonimato e confidencialidade dos casos analisados serão igualmente tidas em consideração durante a realização do estudo.

Espera-se com esta investigação contribuir não só para a produção de conhecimento substantivo sobre o objecto de estudo, mas também apresentar algumas recomendações teórico-práticas no que diz respeito à promoção da participação das crianças e jovens em perigo nos processos de promoção e protecção por parte das Comissões de Protecção. É também intenção da autora do estudo devolver os resultados da investigação às crianças e jovens através da elaboração de um folheto. □

BIBLIOGRAFIA

Alderson, Priscilla (2000). *Young Children's Rights: Exploring Beliefs, Principles and Practice*. London: Jessica Kingsley Publishers.

Ennew, J (1998). "Preface" in V. Johnson et al (Org.). *Stepping Forward: Children and Young People's Participation in the Development Process*. London: Intermediate Technology Publications.

Epifânio, Rui (2001), Comissões de Protecção de Crianças e Jovens: *Enquadramento Histórico-Jurídico*, Módulos PROFISSS, Lisboa, Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho.

Franklin, Bob (1995). *The Handbook of Children's Rights: Comparative Policy and Practice*. New York: Routledge.

Hart, Roger (1992). *Children's Participation: From Tokenism to Citizenship*. Innocenti Essays. No.4 Forence: UNICEF ICDC.

Invernizzi, Antonella e Milne, Brian (2002). "Are children entitled to contribute to international policy making? A critical view of children's participation in the international campaign for the elimination of child labour". In *The International Journal of Children's Rights*. 10, pp. 403-431.

Martins, Paula Cristina (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: Representações Sociais, Modos e Espaços*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Instituto de Estudos da Criança / Universidade do Minho.

Pais, José Manuel (2005). "Direito à participação das crianças – um conto à procura dos seus autores". In *Infância e Juventude*. 1, pp. 9-24.

Phillips, B. (2000). *The End of Paternalism. Child Beneficiary Participation and Project Effectiveness*. Dissertação de Mestrado em Development Studies. Institute of Social Studies. The Hague.

Sarmiento, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel (1997), "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo" in Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmiento (Org.), *As Crianças: Contextos e Identidades*, Braga, Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, pp. 7-30.

Thomas, Nigel (2000), *Children, Family and the State: Decision-making and child protection*, Bristol: The Policy Press.

Winter, M. (1995). *Children as Fellow Citizens. Participation and Commitment*. Oxford/New York: Radcliffe Medical Press.

Planos de âmbito nacional em Portugal

Alda Teixeira Gonçalves

Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alda.m.goncalves@seg-social.pt

Nota Prévia

O objectivo do presente artigo foi o de sistematizar informação sobre alguns dos Planos, de âmbito nacional, existentes em Portugal, que permitem uma panorâmica relativa às orientações governamentais existentes, em áreas como o crescimento e emprego, social, ambiente e ordenamento do território. Apesar de uma preocupação em abranger e referenciar o maior número de Planos existentes, esta sistematização não é exaustiva.

Para cada um dos Planos procurou descrever-se o respectivo enquadramento legal e no caso dos que se encontram acessíveis para consulta e *download*, aparece indicado o coordenador responsável e o respectivo Ministério, assim como o site, relevante para quem necessitar de obter mais informação e/ou aprofundar o conhecimento sobre estas matérias.

Refira-se ainda que boa parte dos Planos recenseados se enquadram em Estratégias Europeias, tratando-se portanto de documentos referenciais ao nível nacional, respondendo às especificidades problemáticas e territoriais portuguesas e enquadrados por orientações europeias comuns aos 25 Estados-Membros da UE.

Estas orientações europeias comuns são em geral balizadas e articuladas com a Estratégia de Lisboa revista e com o Método Aberto de Coordenação que se encontra na base da sua operacionalização e implementação.

PLANOS EXISTENTES		ENQUADRAMENTO LEGAL	COORDENAÇÃO
ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015		Aprovada na generalidade, em 2005-06-28, em Conselho de Ministros e esteve em Discussão Pública até 2006-10-15	Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico: Prof. Carlos Zorrinho Presidência do Conselho de Ministros http://www.desenvolvimentosustentavel.pt http://www.portugal.gov.pt
PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005)	PEC - Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009	Aprovado em Conselho de Ministros em 2005-06-02.	Ministério das Finanças e da Administração Pública http://www.min-financas.pt/ http://www.portugal.gov.pt
	PNE - Plano Nacional de Emprego 2005-2008	Apresentado em 2005-09-23	Coordenadora: Dr.ª Cândida Soares Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social http://www.portugal.gov.pt http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/pne.php
	Plano Tecnológico 2005-2008	Apresentado em 2005-10-24/ Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005	Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico: Prof. Carlos Zorrinho Presidência do Conselho de Ministros Ministério da Economia e Inovação http://www.cnel.gov.pt http://www.portugal.gov.pt
REN - Relatório de Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2006-2008	PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008	Linha orientadoras aprovadas no Conselho de Ministros de 2006-09-13	Coordenação: Prof.ª Dr.ª Fernanda Rodrigues; Apoio Técnico: Instituto de Segurança Social/ Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Prospectiva Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social http://www.portugal.gov.pt http://www.mtss.gov.pt
	Relatório Nacional de Estratégia para as Pensões 2006-2008		Estrutura de Coordenação: Comité de Redacção Apoio Técnico: Instituto de Segurança Social/ Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Prospectiva Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Não publicado.)
	Plano Nacional para os Cuidados de Saúde e Cuidados de Longa Duração, para o período 2006-2008		Estrutura de Coordenação: Comité de Redacção Apoio Técnico: Instituto de Segurança Social/ Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Prospectiva/ Direcção-Geral da Saúde Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Ministério da Saúde (Encontra-se disponível o Plano Nacional de Saúde 2004-2010, em http://www.dgs.pt)
II Plano Nacional Contra A Violência Doméstica 2003-2006		Resolução de Conselho de Ministros n.º 184/2003	Coordenadora: Dr.ª Elza Pais Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) Presidência do Conselho de Ministros http://cidm.madbug.com
PNI - II Plano Nacional Para a Igualdade 2003-2006		Resolução de Conselho de Ministros n.º 184/2003	Coordenadora: Dr.ª Elza Pais Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) Presidência do Conselho de Ministros http://cidm.madbug.com
PAIPIDI - Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade – PAIPIDI 2006-2009		Aprovado em 2006-09-21/ Resolução de Conselho de Ministros n.º 120/2006	Entidade Coordenadora: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) Secretaria de Estado da Reabilitação (promotora) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social http://www.mtss.gov.pt/acessibilidade/tpl_intro_destaque.asp?688
Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012		Aprovado em Conselho de Ministros, em 2006-08-24	Entidade Coordenadora: Instituto das Drogas e Toxicodependências (IDT) Ministério da Saúde http://www.idt.pt http://www.portalsaude.pt
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território		Publicação da RCM n.º 41/2006, de 27 de Abril (discussão pública entre 17.Maio e 31.Outubro de 2006)	DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional [MAOTDR] http://www.territorioportugal.pt/
PNAC – Programa Nacional de Alterações Climáticas (2006)		Resolução do Conselho de Ministros (?)	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional [MAOTDR] http://www.maotdr.gov.pt/MAOTDR/
PNALE II – Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2008-20012			Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional [MAOTDR] Ministério da Economia e Inovação [MEI] http://www.maotdr.gov.pt/MAOTDR/

Encontro Nacional

Sistema de Verificação de Incapacidades

Conceição Ferraz

Conselho Médico
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.conceicao.ferraz@seg-social.pt

Nos passados dias 15 e 16 de Fevereiro, decorreu no Hotel Altis, em Lisboa, o Encontro Nacional do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI).

Realizado pelo Conselho Médico, em articulação com a Unidade de Comunicação dos serviços centrais do Instituto da Segurança Social, (ISS, I.P.), o evento, com periodicidade bienal, contou com a presença de cerca de 400 participantes entre peritos médicos, colaboradores do SVI e dirigentes do ISS, para além de inúmeros convidados externos, que directa, ou indirectamente, se articulam com este sistema.

Na cerimónia oficial de abertura, o Secretário de Estado da Segurança Social, para além de realçar a importância de todos aqueles que colaboram com o sistema de verificação de incapacidades, reiterou os objectivos de prática de um acto médico de qualidade, em consonância com os objectivos do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais, e deu a conhecer algumas das alterações a introduzir no novo regime da invalidez, sendo de particular relevância a introdução de um novo grau de incapacidade permanente, a absoluta, numa aproximação a modelos semelhantes aos de outros países da União Europeia.

Em ambiente de franca confraternização, e tratando-se de um local de excelência para a troca e partilha de experiências no âmbito da peritagem médico legal, mas também na área administrativa do SVI, o programa do evento procurou abranger um vasto leque de questões em foco, como sejam o enquadramento legal da peritagem através da abordagem dos aspectos médico-legais de alguns conceitos aplicados, numa mesa moderada pelo Presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal, Professor Dr. Duarte Nuno Vieira, e que teve como prelectores o Dr. José Barrias, director do CNP, e o Professor Dr. José João Abrantes, professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, ou a questão da criação da competência em medicina na segurança social, a reconhecer pela Ordem dos Médicos. Esta mesa moderada pelo Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Pedro Nunes, contou com os contributos do Dr. Duarte Ribeiro (perito médico do SVI do Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Lisboa, que deu a conhecer os trabalhos desenvolvidos por este Centro Distrital, em articulação com o Conselho Médico, na criação da referida competência) do Dr. Camilo Sequeira, coordenador das juntas médicas da Caixa Geral de Depósitos (CGD), e da Dra. Lurdes Gameiro, coordenadora das juntas médicas da ADSE.



Da esquerda para a direita: Dr. Pedro Marques, Dr. José antónio Vieira da Silva, Dr. Edmundo Martinho

A questão da competência em medicina na segurança social foi particularmente relevante neste encontro. Também o Dr. Margalho Carrilho, assessor técnico de coordenação do SVI do CDSS de Lisboa e correspondente português da EUMASS/UEMASS, deu a conhecer as experiências no âmbito da União Europeia através da EUMASS/UEMASS, sendo particularmente relevante a divulgação da criação da Associação de Medicina na Segurança Social e Seguros de Portugal, recentemente criada por 5 peritos médicos do SVI, através da qual Portugal se tornou no 16.º país aderente da EUMASS/UEMASS.

Pela primeira vez em Portugal, um Encontro Nacional do SVI contou com a presença de um membro da EUMASS/UEMASS. O Dr. Paul Stidolph, do UK Department of Work and Pensions apresentou a diferença entre avaliação do dano e avaliação da incapacidade em medicina na segurança social – segurança social e seguradoras, dando conta da perspectiva da EUMASS/UEMASS do Reino Unido, numa mesa moderada pelos Drs. Horácio Ribeiro, assessor técnico de coordenação do CDSS de Viseu, e Dr. José Henrique Parreira, membro da comissão permanente do Conselho Médico.



Dr. Paul Stidolph



O segundo dia do evento foi inteiramente dedicado à troca de experiência no SVI. Numa primeira sala, moderada pelas Dras. Maria da Conceição Barbosa, assessora técnica de CDSS de Braga e Maria da Conceição Viana Barbosa, assessora técnica do CDSS de Viana do Castelo, peritos médicos do SVI apresentaram casos clínicos cuja natureza entenderam partilhar com os seus pares, para troca de experiência e uniformidade de critérios de actuação. Numa segunda sala, esteve em destaque a aplicação informática do sistema de verificação de incapacidades temporárias, completado que está um ano sobre a sua entrada em funcionamento, e a análise de algumas questões colocadas pelos colaboradores do SVI, sob moderação da Dra. Sofia Santos, do IIESS.

O Encontro Nacional do SVI 2007, foi encerrado pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva. Na sessão de encerramento, promoveu um balanço sobre 10 anos de actividade do sistema de verificação de incapacidades, sua evolução e objectivos alcançados.

Conclusões do Encontro Nacional do SVI:

“A política pública de europeia vai no sentido de prevenir a desinserção laboral e social, investir na reabilitação afastando

factores psico-sociais que são barreiras de regresso ao meio laboral para uma maioria de patologias de baixa gravidade com que os sistemas de verificação de incapacidades europeus são confrontados.

A dignidade do cidadão deve ser preservada mantendo o vínculo laboral o mais possível para que se sinta válido perante a sociedade.

Sendo um dos objectivos principais deste Encontro a continuação da melhoria de formação dos peritos médicos, tentou fazer-se uma aproximação aos parâmetros técnico-científicos do corpo de conhecimento de medicina na segurança social europeia, constituída por 15 países da EUMASS/UIEMASS, da qual Portugal é membro de pleno direito através da Associação de Medicina na Segurança Social e Seguros de Portugal, a qual integra alguns membros do Conselho Médico, do ISS, nos seus órgãos sociais, e terá uma participação dos peritos médicos da segurança social que à mesma queiram aderir.

Congratulamo-nos com o facto das políticas públicas portuguesas no âmbito da incapacidade permanente apresentadas por Sua Excelência o Secretário de Estado da



Dr^a. Conceição Ferraz

Segurança Social, na cerimónia de abertura deste Encontro Nacional do Sistema de Verificação de Incapacidades, irem de encontro à orientações técnico-científicas dos 15 países referidos, no sentido do aproveitamento da capacidade remanescente e conseqüente adaptação ao meio laboral e social, versus as situações de incapacidade permanente absoluta para o exercício de toda e qualquer profissão.

Congratulamo-nos também com o compromisso público do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, de abertura à criação de uma nova competência da medicina na Segurança Social, juntamente com a Associação de Medicina na Segurança Social e Seguros de Portugal, reconhecendo a especificidade e complexidade da peritagem médica na Segurança Social, o que contribuirá para um futuro nível de excelência técnico-científica com prestígio para a tutela do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, da peritagem médica exercida na Segurança Social.

Por último, reiteramos a importância da realização deste Encontro, inserido no plano de formação profissional do Conselho Médico do ISS, a par da realização das formações profissionais promovidas no âmbito dos CDSS pelos assessores técnicos de coordenação, as conferências regionais (a próxima será realizada em Santarém no final do mês de Maio), e a edição do II volume do manual dos critérios de avaliação pericial, entre outros, como linhas de orientação fundamentais para uniformidade de critérios e boas práticas periciais na segurança social, sem esquecer a vertente procedimental e administrativa,



Dr^a. Lurdes Gameiro

indissociável, complementar e imprescindível à peritagem médica, a qual é englobada em todas as formações promovidas pelo Conselho Médico”.

O Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais em 2007

O Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais para 2007, recentemente divulgado, contempla, à semelhança de anos anteriores, uma forte actuação do sistema de verificação de incapacidades, nomeadamente através da convocação de beneficiários para confirmação, ou não da subsistência de incapacidade temporária para o trabalho, determinante da manutenção do direito à atribuição do subsídio de doença.

Para 2007, e tendo presente as linhas básicas em que assenta o Plano de Combate à Fraude, ou seja, a qualidade e inovação, o combate à evasão e o combate ao crime, as metas a atingir no âmbito do sistema de verificação de incapacidades temporárias respeitam à convocatória de 75% dos beneficiários de subsídio de doença com baixa superior a 30 dias, o que, em termos práticos, implica que 3 em cada 4 beneficiários venham a ser convocados para uma comissão de verificação de SVIT.

No total, serão 200.000 beneficiários de subsídio de doença que serão convocados para SVIT ou objecto de fiscalização domiciliária, o que traduz um aumento de 20,5% em relação a 2006. □



Da esquerda para a direita: Dr^a. Lurdes Gameiro, Dr. Duarte Ribeiro, Dr. Pedro Nunes e Dr. Camilo Sequeira.



Da esquerda para a direita: Dr. Rizério Salgado, Dr^a. Conceição F. Barbosa, Dr^a. Conceição M. Barbosa e Dr. Artur Goulart.



Da esquerda para a direita: Dr. Margalho Carrilho, Dr. Horácio Ribeiro e Dr. José Parreira.



Da esquerda para a direita: Dr. Duarte Nuno Vieira, Dr. José João Abrantes e Dr. José Barrias.



Encontros Regionais do Rendimento Social de Inserção

Mariana Pereira
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Durante o ano de 2007 a Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (CNRSI) vai realizar quatro Encontros Regionais que decorrerão em Évora, Lisboa, Porto e Santarém.

Numa altura em que se comemora o 10º aniversário do RSI, estes Encontros pretendem constituir um instrumento de reflexão e análise ao desempenho desta medida, bem como, envolver a globalidade dos técnicos com intervenção junto das famílias e que integram as Equipas dos Núcleos Locais de Inserção (NLI).

Outro objectivo é o de promover a reflexão em torno da intervenção junto dos diferentes agentes na concretização de oportunidades de mudança das famílias beneficiárias do RSI.

Primeiro Encontro decorreu em Évora

O primeiro encontro do RSI decorreu no dia 6 de Fevereiro, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sob o tema "Reflexão e Contributos para a Concretização de Oportunidades de Mudança".

Neste Encontro, Edmundo Martinho, na qualidade de Presidente da Comissão Nacional do RSI, abriu a sessão, salientando a importância da assinatura de mais 150 protocolos, com metas e objectivos concretos e referiu que

se está a caminhar para uma maior aposta em equipas técnicas que trabalhem mais próximo das famílias e que estejam mais vocacionadas para o acompanhamento dos Beneficiários.

Estiveram presentes cerca de 160 Instituições, nomeadamente, Instituições Públicas, IPSS's, ONG's, etc. de todo o Alentejo e Algarve que no seu dia-a-dia trabalham com esta Medida.

No decorrer da sessão, foi apresentado um trabalho sobre o impacto do RSI em Portugal na distribuição do rendimento e combate à exclusão. Foram ainda apresentadas algumas boas práticas, nomeadamente da Região Autónoma dos Açores.

Foram lançadas algumas questões que alertaram para os seguintes pontos de reflexão:

- "A necessidade de se aprofundarem as relações com as Redes Sociais – não apenas pela questão da eficácia da acção dos técnicos envolvidos, mas também para que o próprio conhecimento sobre as necessidades dos indivíduos pobres e excluídos seja incorporado na Rede e ganhe mais peso na capacidade de influência sobre os mecanismos de decisão dos programas e políticas sectoriais" (M. Inês Rodrigues, Directora do Núcleo de Rendimento Social de Inserção do Centro Distrital de Segurança Social de Beja);
- A questão da não-desvalorização das medidas de inserção, que embora possam traduzir pequenas mudanças, não



deixam de ter uma grande importância; a questão da valorização de espaços de troca de experiências e conhecimentos por forma a enriquecer a acção dos Núcleos Locais de Inserção (NLI) – constituídos por Técnicos oriundos das várias entidades que localmente intervêm com esta Medida junto dos indivíduos e famílias abrangidos pela mesma - como factor de inovação na medida de inserção; a necessidade das componentes criatividade e inovação para a procura de novas respostas e recursos para a inserção, em que a experiência do Micro Crédito pode surgir como exemplo; a importância do investimento na eficiência da acção dos NLI e também na avaliação da inserção por parte de todos os intervenientes; a questão do tempo e sua condição essencial para o desenvolvimento deste trabalho – o tempo para ouvir as pessoas, para acompanhar as acções de inserção, para reflectir e avaliar.

Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social (SESS) encerrou o encontro reforçando que o RSI é uma prioridade e como tal, há a necessidade de aumentar a fiscalização, para credibilizar a prestação.

Segundo Pedro Marques (SESS), no decorrer deste ano, o RSI passará por uma renovação: "Mais esforço, Mais rigor, Mais exigência, Novos Instrumentos, Novos Meios, e Novas Energias Renovadas de quem trabalha nesta área".

Colégio Militar recebe segundo Encontro

O Segundo Encontro do RSI decorreu no dia 27 de Março, no Colégio Militar, em Lisboa.

Edmundo Martinho, Presidente da Comissão Nacional do RSI, salientou que "hoje o RSI é um direito que nos orgulha a todos, é um direito que está consolidado".

Para Edmundo Martinho, um dos objectivos a curto prazo, é garantir que até 2008, noventa por cento das famílias tenham um programa de inserção e a prioridade vai para as famílias com crianças e jovens.

Outro aspecto referido pelo Presidente da CNRSI é que foi estabelecida uma parceria com o IEFP para ajudar na inserção dos beneficiários do RSI no mercado de trabalho. O objectivo é qualificar as famílias a todos os níveis e ajudá-las a ser mais família, mais parte integrante das comunidades a que pertencem. Desta forma, é fundamental a participação dos beneficiários no seu processo de crescimento.

Um dos convidados deste encontro foi Manuel Keck Peixoto, psicólogo clínico, que abordou o tema "Intervir com as famílias" e fez uma apresentação em que houve interacção com o público.

A sessão foi encerrada por Edmundo Martinho.□

Um dia de Reflexão sobre Voluntariado em Lisboa



Núcleo de Apoio Técnico
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNPV@seg-social.pt

O Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, realizou no passado dia 8 de Fevereiro, um Encontro que teve lugar nos Recolhimentos da Capital, em Lisboa, com o objectivo de reflectir sobre a temática do Voluntariado, por forma a perspectivar estratégias que contribuam para a promoção e a dinamização do Voluntariado a nível local.

Foram convidados a participar os Directores dos 31 Estabelecimentos Integrados, interlocutores dos 10 Serviços Locais e/ou Coordenadores de Acção Social do CDSS, além de responsáveis dos Bancos Locais de Voluntariado do distrito de Lisboa, do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) e de dirigentes de outras Instituições.

O Encontro pretendeu reflectir sobre o Voluntariado, quer numa perspectiva teórica com a obtenção de competências, quer numa perspectiva prática pelo exercício da actividade promovida a partir dos próprios equipamentos ou serviços, tendo sido essencial a sensibilização aos próprios serviços.

A abertura esteve a cargo de Rosa Araújo, Directora do CDSS de Lisboa, que referiu que o Voluntariado é um valioso recurso a favor do desenvolvimento social e expressão de uma cidadania activa e solidária.

Do levantamento, anteriormente feito, sobre a prática do Voluntariado nos Estabelecimentos foi dada a respectiva informação, tendo-se constatado que havia 41 voluntários, com idades compreendidas entre os 31 e os 65 anos de idade, despendendo 2 a 4h semanais, distribuídos por 10 Estabelecimentos.

Do programa do Encontro destacam-se a parte teórica, durante a manhã, e as experiências locais na parte da tarde.

Foi solicitado ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) intervenções sobre as competências e recursos, a organização do Voluntariado e o seu enquadramento jurídico. Estas intervenções foram asseguradas pela representante do CNPV e pelo núcleo de apoio técnico ao mesmo Conselho.

As práticas locais de Voluntariado foram asseguradas pelo Banco Local de Voluntariado de Linda-a-Velha - na promoção e encaminhamento de voluntários - pelo Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária e Associação Coração Amarelo, no que se refere a questões relacionadas com a formação aos voluntários e pelo Centro Comunitário de Carcavelos e Centro de Dia Engº Álvaro de Sousa relativamente ao enquadramento e programas de voluntariado.□



Treino da 2ª Fase do Plano Regresso

Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Pedras Rubras/Porto)
15 de Novembro de 2006

Manuel Brites Moita

Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
manuel.b.moita@seg-social.pt

A Directiva de Planeamento, datada de Julho de 2006 e assinada por Suas Excelências os Secretários de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e da Presidência do Conselho de Ministros, determinou que o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) deveria, em estreita ligação com as Forças Armadas, planear e conduzir, com a participação das entidades cuja intervenção se torne necessária, um treino da 1.ª e 2.ª fases do "Plano Regresso", designado "Treino do Plano Regresso 06", que, articulado com o exercício "Lusíada 06", tenha como:

a. Finalidade

Testar a operacionalidade do "Plano Regresso" e melhorar a "preparação nacional" para a execução dos procedimentos nele previstos.

b. Objectivos

- (1) Exercitar os procedimentos previstos na 1.ª e 2.ª fases do "Plano Regresso".
- (2) Treinar os elementos a quem compete intervir na sua execução.
- (3) Identificar eventuais situações que impliquem o seu ajustamento.
- (4) Treinar e testar os mecanismos de articulação, em situações em que a execução do Plano requer a intervenção das Forças Armadas.

A acção referente à 2.ª Fase, promovida pelo CNPCE e coordenada pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), foi realizada no passado dia 15 de Novembro, tendo decorrido nas instalações do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (FSC), recentemente sujeito a grandes obras de ampliação e remodelação, que foi designado como aeroporto de chegada.

Como acção preparatória, para além das necessárias articulações com os representantes das áreas em presença, o ISS promoveu, nos dias 26 e 27 de Outubro, a realização de reuniões, no Aeroporto FSC e no Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) do Porto, para as quais foram

convocados os representantes das entidades distritais que iriam participar no Treino: CDSS do Porto, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Administração Regional de Saúde (ARS), Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), Alfândega, Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), Polícia de Segurança Pública (PSP), Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

Especificamente no que respeita à execução do Treino da 2.ª fase do Plano Regresso, foi decidido que este deveria assumir uma vertente "didáctica", integrando uma "Sessão em Sala" (formativa e informativa) e uma "Demonstração sobre a Montagem e Funcionamento de um Local de Acolhimento à Chegada" nos espaços definidos para esse efeito.

Nesta conformidade e com o objectivo de transmitir a necessária informação sobre o Plano Regresso, na sua globalidade e, especificamente, sobre a 2.ª Fase – Acolhimento à Chegada (legislação, estrutura, fases, responsabilidades de coordenação, parceiros intervenientes, montagem da operação de Acolhimento à Chegada, recursos humanos e materiais envolvidos, apoios logísticos e circuitos, articulações, financiamento), realizaram-se duas intervenções na sessão em sala que estiveram a cargo do Coronel Adriano Martinho e do Dr. Manuel Brites Moita, respectivamente do CNPCE e do ISS.

A estas intervenções, seguiu-se uma visita ao espaço real destinado para este efeito (com delimitação das várias áreas e sinalética adequada), onde, ao longo de todo o percurso (desde a entrada até à saída), as explicações incidiram sobre a montagem e funcionamento duma operação de Acolhimento à Chegada naquele espaço, nomeadamente no que respeita à acção e actuação das várias equipas, à definição de circuitos e às articulações entre as várias entidades em presença.

Durante esta visita, cuja coordenação esteve a cargo do ISS, foi dada a possibilidade a todos os participantes de ouvirem, directamente dos responsáveis por cada área, os respectivos testemunhos sobre situações e actuações anteriores,

estabelecendo-se um diálogo que foi bem demonstrativo do interesse despertado por esta forma de transmitir conhecimentos e experiências.

O Treino do Plano Regresso contou com participantes de todo o país.

- A nível nacional
 - CNPCE
 - Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DCACCP), do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
 - ISS/SC (coordenação nacional)
 - Direcção-Geral da Saúde (DGS)
 - INEM
 - Gabinete de Coordenação de Segurança, do Ministério da Administração Interna (MAI)
 - CVP
 - Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC)
- A nível distrital/regional
 - ISS/Centros Distritais: Porto (coordenação distrital), Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Lisboa, Portalegre, Setúbal e Viana do Castelo
 - ARS do Norte
 - SEF (Aeroporto FSC)
 - Alfândega do Aeroporto FSC
 - CVP (Porto)
 - SNBPC
 - EMGFA (Porto)
 - PSP (Porto)
 - ANA – Aeroporto FSC

Aos participantes neste Treino foi proporcionado, não só, o contacto directo com o espaço reservado para a execução da 2.ª Fase do Plano Regresso, a estrutura organizacional implantada, as articulações e circuitos estabelecidos, os recursos humanos utilizados e os meios logísticos disponibilizados, mas também um período e um espaço de diálogo para transmissão de informação pertinente e resposta às questões colocadas. □

Plano Regresso – constitui-se como um instrumento de planeamento onde se define a estrutura e os procedimentos que visam criar condições para que os cidadãos nacionais, radicados em países estrangeiros onde ocorram situações anómalas, possam regressar a Portugal e serem inseridos na sociedade, de forma rápida, segura e organizada e com o mínimo de perturbação para a vida nacional.

http://www.cnpce.gov.pt/actividades/plano_regresso.html

Assinatura da Revista Pretextos

Caro Leitor,

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos
Rua Castilho nº 5- R/C
1250-066 Lisboa
Fax: 21 318 49 55
E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt,

e passará a recebê-la gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt



Coimbra recebe Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para assinatura de Protocolos

Mariana Pereira

Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

No passado dia 31 de Março decorreu no Governo Civil de Coimbra, a assinatura de vários protocolos no âmbito de Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Para o efeito estiveram presentes nesta cerimónia José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social, Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do ISS, I.P., Henrique José Fernandes, Governador Civil de Coimbra e os representantes das várias instituições de cariz social que assinaram o protocolo.

Estes traduzem-se em contratos de comparticipação financeira e cooperação técnica, e foram assinados com instituições do concelho de Arganil, Coimbra, Mira, Oliveira do Hospital, Penacova e Soure. □



ECOS

Novos Bancos Locais de Voluntariado Manteigas, Trofa e Cadaval

No passado dia 15 de Janeiro foi inaugurado, o Banco de Voluntariado de Manteigas, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Manteigas e da Associação "Manteigas Solidária".



Também a Câmara Municipal da Trofa lançou um desafio aos Trofenses ao lançar no passado dia 18 de Janeiro, o seu Banco de Voluntariado, com uma sessão solene em que estiveram presentes várias Instituições do Concelho.

De igual modo, o Município do Cadaval, em 26 de Janeiro, levou a efeito uma apresentação pública do Banco, que iniciou nesta data a sua abertura formal.

Pretende-se que os Bancos Locais de Voluntariado funcionem como um ponto de encontro entre a oferta e a procura, tanto de candidatos a voluntários que oferecem a sua vontade e disponibilidade, como de instituições promotoras de voluntariado interessadas em receber voluntários e coordenar o exercício da sua actividade.

Núcleo de Apoio Técnico
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNVP@seg-social.pt

Edição dos Resultados dos Workshops sobre o processo de participação PNAI 2003-2005

Encontra-se disponível a publicação "Resultados dos Workshops" no âmbito do Processo de participação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005 (PNAI 2003-2005), que poderá ser solicitada, gratuitamente junto do Centro de Recursos em Conhecimento do Instituto de Segurança Social, I.P. (Rua Castilho, 5, r/c, 1250-066 Lisboa), ou por mail para, iss-crc@seg-social.pt.



A publicação apresenta os resultados e reflexões obtidos no desenvolvimento da iniciativa pioneira de mobilizar o conjunto de intervenientes ao nível local, sobretudo as Redes Sociais, para a Inclusão Social e de estabelecer uma articulação com o nível central no âmbito do PNAI.

Alexandra Amorim
Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.amorim@seg-social.pt

Um sistema de informação em mudança

Desde o início do corrente ano que os serviços da Segurança Social dispõem de uma nova aplicação de conta corrente de contribuintes – entidades empregadoras e entidades não empregadoras, denominada SICC-GC (Sistema Integrado de Conta Corrente – Gestão de Contribuições).



Trata-se de uma aplicação integrada, que é parte do Sistema de Informação da Segurança Social (SISS), interagindo com as restantes aplicações no que concerne à validação da informação, sejam elas de identificação, gestão de remunerações ou gestão de prestações e de âmbito nacional, o que coloca um ponto final na necessidade dos utilizadores recorrerem a várias base de dados, nacionais e regionais, para analisar a situação contributiva das entidades relevantes para a Segurança Social.

Esta aplicação, para além de melhorar a qualidade dos serviços prestados, permitirá ainda detectar as situações de irregularidade contributiva, desencadeando acções permanentes junto das entidades incumpridoras.

Decorrem, portanto, ganhos de produtividade dos serviços e de eficiência na gestão dos contribuintes, com evidentes melhorias na gestão da arrecadação de contribuições e na participação de dívidas para execução coerciva.

Jorge Pedro Jesus
Área de Contribuintes
Instituto da Segurança Social, I.P.
jorge.p.jesus@seg-social.pt

Seminário de apresentação do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa



No passado dia 23 de Fevereiro, decorreu na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a apresentação pública do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, uma parceria entre a Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional e a SCML.

Na primeira parte do Seminário (manhã) foi explicitado que este Observatório pretende observar, reflectir, propor, agir e avaliar. Foi apresentado por Jordi Estivill, um documento de suporte Panorama de los Observatórios sobre la pobreza y la exclusión – Aportaciones para el Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

À tarde realizaram-se workshops para obter contributos por parte dos participantes: um sobre “Os Problemas, os Actores e as Áreas de Intervenção” e outro em torno dos “Métodos e Modelos de Observação a Adoptar”.

Alda Gonçalves
Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alda.m.goncalves@seg-social.pt

Correio do Leitor

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Se estiver interessado, envie um artigo que poderá ser divulgado num dos próximos números. Colabore!

Envie os seus testemunhos para a Redacção da Revista:
Rua Castilho, nº 5- R/C
1250-066 Lisboa
Fax.: 21 318 49 55
E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites

Direitos Humanos

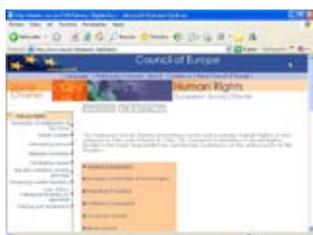
Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



CRIN - Child Rights Information Network (Reino Unido)
<http://www.crin.org/>



European Court of Human Rights (França)
<http://www.echr.coe.int/echr>



Human Rights - European Social Charter (Conselho da Europa)
http://www.coe.int/T/E/Human_Rights/Esc/



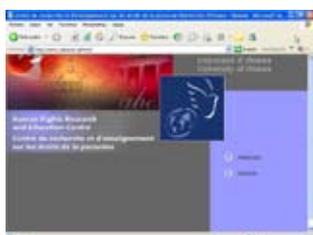
The Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) (Suíça)
<http://www.ohchr.org/english/>



Human Rights Medals and Awards 2006 (Austrália)
http://www.hreoc.gov.au/hr_awards/index.html



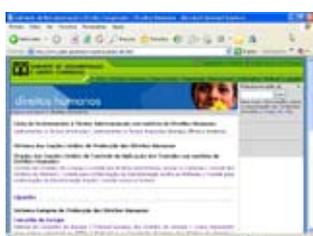
The International Helsinki Federation for Human Rights (IHF) (Finlândia)
<http://www.ihf-hr.org/index.php>



Human Rights Research And Education Centre (Canadá)
<http://www.uottawa.ca/hrrec/>



European Roma Rights Center (Hungria)
<http://www.errc.org/>



Gabinete de Documentação e Direito Comparado: Direitos Humanos (Portugal)
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/index-dh.html>



Danish Institute for Human Rights (DIHR) (Dinamarca)
<http://www.humanrights.dk/>

Bibliografia Temática

Igualdade de Oportunidades

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

CONSELHO DA EUROPA. Comité de Ministros - *Recomendação Rec (2003) 3 sobre a participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão política e pública : adoptada pelo Comité de Ministros dos Estados Membros a 12 de Março de 2003.* [Lisboa] : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, [200-]. [14] p. ; 21 cm.

DICKENS, Linda - *Igualdade de oportunidades e negociação colectiva na Europa : análise do processo de negociação.* 2ª ed. Lisboa : DEPP. CIDES, 2000. 103 p. ; 23 cm. (Estudos. Série C - Trabalho ; 14). Tít. orig.: Equal opportunities and collective bargaining in Europe.. Bibliografia : p. 101-103.

DINAMARCA. Ministry of Gender Equality. Department of Gender Equality - *Gender equality calendar : gender equality activities during the Danish EU Presidency.* Copenhagen : DGE, 2002. 27 p. ; 21 cm.

ESPAÑA. Instituto de la Mujer - *Guía de buenas prácticas para garantizar el derecho a la igualdad en los procedimientos : una respuesta a las perjudicadas por la desigualdad.* Madrid : Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, [200-?]. 48 p. : il. ; 22 cm.

EUROPEAN NETWORK OF LEGAL EXPERTS IN THE NON-DISCRIMINATION FIELD ; SCHUTTER, Olivier De - *The prohibition of discrimination under european human rights law [Texto policopiado] : relevance for EU racial and employment equality directives.* Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2005. 58, [1] f. : il. ; 30 cm. (Employment and social affairs. Fundamental rights and anti-discrimination). Bibliografia : f. 55-58. ISBN 92-894-9171-X.

FAGAN, Colette ; BURCHELL, Brendan - *Gender, jobs and working conditions in the European Union [Texto policopiado].* Dublin : European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2002. VIII, 93, [2] p. ; 30 cm. Documento retirado do site a 29-11-2002. Bibliografia : p. 89-91.

GOPA-CARTERMILL - *A prática em matéria de igualdade de direitos : vozes fundamentais em 2005 : acesso à justiça.* Luxemburgo : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005. 27, [1] p. : il. ; 30 cm. (Emprego e assuntos sociais. Direitos fundamentais e antidiscriminação). ISBN 92-894-9178-7.

LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES.

Centro de Recursos Sociais... [et al.] - *Dos direitos às políticas [Texto policopiado] : um livro verde para a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e suas famílias.* - Lisboa : LPDM. CRS, 2002. - 46 f. ; 30 cm.

MARTINS, Manuel Meirinho ; TEIXEIRA, Conceição Pequito - *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal.* Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005. 295 p. ; 24 cm. (Estudos de género ; 1). Bibliografia : p. 269-281. ISBN 972-597-266-X.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ; ONU. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher ; ONU. Voluntários das Nações Unidas - *Gender mainstreaming in the United Nations : experience of UNDP, UNIFEM, UNV gender specialists in the field.* [New York] : UNDP : UNIFEM : UNV, cop. 2000. 59, [1] p. : il. ; 30 cm.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Programa STEP - *Gender mainstreaming in technical cooperation projects [Texto policopiado] : the experience of the ILO Global Programme STEP : working paper.* Geneva : International Labour Office, cop. 2003. [6], 80 p. ; 30 cm. ISBN 92-2-113657-4.

PORTUGAL. Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu. Grupo de Trabalho Temático Igualdade de Oportunidades; DUARTE, Fátima, compil. - *Igualdade de género e fundos estruturais : encontros e oportunidades.* org. compil. Fátima Duarte. Lisboa : Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, [2003?]. 1 vol., pag. var. ; 31 cm. Publicação em folhas móveis.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres ; CANÇO, Dina, ed. lit. - *Igualdade de género : Portugal 2002.* Lisboa : CIDM, D.L. 2002. 109 p. ; 21 cm. ISBN 972-597-244-9.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, ed. lit. - *II plano nacional para a igualdade : 2003-2006 : Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003, de 25 de Novembro. [ed. lit.]* Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa : CIDM, 2004. 62 p. ; 22 cm. ISBN 972-597-257-0.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, compil. - *Igualdade de oportunidades entre mulheres e*

Bibliografia Temática

homens no trabalho, no emprego e formação profissional : legislação. compil. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [do] Ministério do Trabalho e da Solidariedade. 2ª ed. Lisboa : DEPP. CIDES, 2000. 51 p. ; 23 cm. ISBN 972-704-198-1.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres ; SILVA, Teresa Vieira da, compil. ; GRADIM, Nuno, compil. - *A igualdade de género em Portugal* : 2003. Lisboa : CIDM, 2004. 163 p. ; 21 cm. Bibliografia, p. 135-147. Glossário: p. 161-163. ISBN 972-597-256-2.

PROJECTO SEMEAR PARA ACOLHER ; PORTUGAL. Instituto da Segurança Social. Departamento de Protecção Social de Cidadania, ed. lit. - *44 ideias simples para promover a tolerância e celebrar a diversidade.* Lisboa : ISS, 2004. 27, [1] p. : il. ; 17x24 cm. Bibliografia : p. 27. ISBN 972-99152-3-7.

PROJECTO SEMEAR PARA ACOLHER - *Guia de acolhimento [Texto policopiado]*. [Faro] : MAPS, 2004. 64 p. : il. ; 30 cm.

RATO, Helena - *Promoção da igualdade de género.* Oeiras : Instituto Nacional de Administração, 2005. 2 vol. ; 24 cm. (Cadernos INA. Políticas públicas ; 20, 21). Vol. 1 : Promoção da igualdade de género pelas organizações internacionais : Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia : documentos e instrumentos fundamentais para a integração e promoção da igualdade de género. - 74 p.. Vol. 2 : Promoção da igualdade de género no Portugal democrático : quadro constitucional e legislativo, programas de governo e planos para a igualdade. - 97 p.. ISBN 972-9222-50-9 (vol. 1). ISBN 972-9222-53-3 (vol. 2).

REBELO, Glória - *Trabalho e igualdade : mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial.* Oeiras : Celta, 2002. X, 88 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 83-88. ISBN 972-774-136-3.

SALADA, Ana Paula, compil. - *Compilação de elementos para uma consulta especializada sobre igualdade de remuneração entre mulheres e homens.* compil. Ana Paula Salada. Lisboa : Direcção Geral Estudos, Estatística e Planeamento. Centro de Informação e Documentação, 2004. 260 p. ; 23 cm. (Estudos ; 3). ISBN 972-704-252-X.

SIMON, Patrick, ed. lit. - *Comparative study on the collection of data to measure the extent and impact of discrimination within the United States, Canada, Australia, Great-Britain and the Netherlands [Texto policopiado]* : Medis Project (Measurement of discriminations). Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2004. 97, [1] p. ; 30 cm. (Employment and social affairs. Fundamental rights and anti-discrimination). ISBN 92-894-8301-6.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais - *Rapport annuel sur l'égalité et l'antidiscrimination 2003 : vers la diversité.* Luxembourg : Office des publications officielles des Communautés européennes, 2003. 32 p. : il. ; 30 cm. (Emploi et affaires sociales, ISSN 1725-4745. Droits fondamentaux et antidiscrimination). ISBN 92-894-5455-5.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *EQUAL, free movement of good ideas : working against discrimination and inequality in Europe.* Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2005. 21, [2] p. : il. ; 30 cm. (Employment and social affairs. Employment and european social fund).

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais - *Equality and non-discrimination in an enlarged European Union [Texto policopiado]* : green paper. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2004. 30, [1] p. : il. ; 30 cm. (Employment and social affairs. Fundamental rights and anti-discrimination). ISBN 92-894-7665-6.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Pôr em prática a igualdade : programa de acção comunitário de luta contra a discriminação.* Luxembourg : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. 27, [1] p. : il. ; 30 cm. ISBN 92-79-01657-1.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Equality and non-discrimination : annual report 2006.* Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2006. 44, [3] p. : il. ; 30 cm. ISBN 92-79-02810-3.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Igualdade e não-discriminação : relatório anual 2005.* Luxembourg : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005. 36 p. : il. ; 30 cm. (Emprego e assuntos sociais, ISSN 1725-4779. Direitos fundamentais e antidiscriminação). ISBN 92-894-9450-6.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais - *Igualdade e não-discriminação : relatório anual 2004.* Luxembourg : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004. 36 p. : il. ; 30 cm. (Emprego e assuntos sociais, ISSN 1725-4779. Direitos fundamentais e antidiscriminação). ISBN 92-894-7658-3.

WEBSTER, Juliet - *Reconciling adaptability and Equal opportunities in European workplaces [Texto policopiado]*. London : Research & Consultancy in Work & Employment, 2001. 50 f. ; 30 cm.

Segurança Social Directa

Aceda em

www.seg-social.pt

A forma mais rápida das Empresas e dos Cidadãos se relacionarem com a Segurança Social



SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.